


RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO
2011

Senhores Acionistas,
Apresentamos as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2011. Os valores apresentados no Balanço geral representam a situação da Sociedade no período mencionado, entretanto, estamos ao inteiro dispor de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários ao bom entendimento do assunto em pauta.

A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

ATIVO	Ref.	31/12/11	31/12/10
CIRCULANTE			(Não Auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.330	1.841
Contas a receber de clientes e outros	5	2.405	2.253
Títulos e valores mobiliários	6	177	-
Impostos e contribuições a recuperar	9	842	551
Despesas pagas antecipadamente		122	16
Outros ativos circulantes		110	122
TOTAL DO CIRCULANTE		5.986	4.783
NÃO CIRCULANTE			
Impostos e contribuições a recuperar	9	49	45
Fundos vinculados	7	3.709	4.190
Depósitos judiciais		32	32
Créditos a receber de terceiros	8	986	986
Imobilizado	10	220.786	218.131
Intangível		9	12
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		225.571	223.396
TOTAL DO ATIVO		231.557	228.179
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	4.973	4.726
Empréstimos e financiamentos	12	7.988	8.014
Taxas regulamentares		5	-
Impostos e contribuições a recolher	9	924	922
Dividendos e juros sobre capital próprio	13	10.364	2.951
Outros passivos circulantes		1	1
TOTAL DO CIRCULANTE		24.255	16.614
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	12	87.507	95.172
Coligadas e controladas	18	22.268	60.159
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		109.775	155.331
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14	91.067	49.174
Reservas de lucro		841	500
Proposta de distribuição de dividendos adicional		5.619	6.560
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		97.527	56.234
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		231.557	228.179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	Ref.	31/12/11	31/12/10
			(Não Auditado)
RECEITA BRUTA	15	28.852	22.897
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	16	(1.052)	(851)
RECEITA LÍQUIDA		27.800	22.046
CUSTO DO SERVIÇO	17	(9.171)	(9.048)
LUCRO BRUTO		18.629	12.998
Despesas gerais e administrativas	17	(514)	(1.266)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		18.115	11.732
Receita financeira		699	228
Despesa financeira		(10.900)	(1.896)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		7.914	10.064
Imposto de renda e contribuição social		(1.102)	(858)
Corrente		(1.102)	(858)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6.812	9.206

A Companhia não possui outros resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10
		(Não Auditado)
		Reclassificado
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro Líquido do Período (Antes dos Impostos)	7.914	10.064
Depreciação e amortização	5.307	1.150
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	7.675	7.478
	20.896	18.692
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(152)	(358)
Impostos e contribuições sociais a recuperar	(295)	(589)
Fundos Vinculados	481	(140)
Despesas pagas antecipadamente	(105)	(16)
Outros Ativos	12	(16)
	(59)	(1.119)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	247	(327)
Taxas regulamentares	5	-
Impostos e contribuições sociais a recolher	(1.100)	(79)
Coligadas e Controladas	(37.891)	59.157
Outros passivos	-	102
	(38.739)	58.853
	(17.902)	76.426
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Aumento de Capital	41.893	-
Captação de Empréstimos e financiamentos	-	10.829
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(15.366)	(6.385)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	26.527	4.444
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(7.959)	(79.191)
Aquisição de intangível	-	4.143
Títulos e valores mobiliários	(1.77)	(4.190)
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(8.136)	(79.238)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	489	1.632
Caixa e equivalentes no início do exercício	1.841	209
Caixa e equivalentes no final do exercício	2.330	1.841
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	489	1.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...



...Continuação

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros Reserva Legal	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicional	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2009 (Não Auditado)	49.174	41		765	49.980
Lucro líquido do exercício	-	-	9.206	-	9.206
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(765)	(765)
Destinações:	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	460	(460)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(2.187)	-	(2.187)
Dividendos propostos	-	-	(6.559)	6.559	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2010 (Não Auditado)	49.174	501		6.559	56.234
Aumento de capital	41.893	-	-	-	41.893
Reserva de capital	-	-	6.812	-	6.812
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-
Destinações:	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	340	(340)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(1.618)	-	(1.618)
Dividendos propostos	-	-	(4.854)	5.619	765
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	91.067	841		5.619	97.527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A BAHIA PCH I S.A. ("BAHIA PCH I") é uma sociedade de propósito específica (SPE) e foi constituída em 1º de maio de 2007 como uma companhia de capital fechado, 100% Neoenergia. A Bahia PCH I foi criada com o propósito de construir, operar e manter a PCH Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério, BA. A energia é gerada através de duas unidades geradoras que tem potência instalada de 25 MW com energia assegurada de 19,6 MW. Sua licença de instalação foi outorgada em 03 de agosto de 2007 e sua entrada em operação ocorreu em outubro de 2010, com venda de energia ainda nesse mês para sustentar o lastro do início do período de suprimento, conforme contrato bilateral. O investimento no empreendimento foi de ordem de R\$ 193 milhões, financiados em uma proporção de 59% para recursos de terceiros e 41% para recursos próprios.

Usina	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Data da Concessão	Data do Vencimento
Pch Sítio Grande	Hidroelétrica	Rio Fêmeas	25	10/12/1999	09/12/2029

A administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 07 de fevereiro de 2012.

2 Resumo das Principais Práticas Contábeis

2.1 - Bases de apresentação
As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatos objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para contingência, mensuração do uso de bem público e realização de impostos e contribuições sociais diferidos.

2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira
As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 - Reconhecimento de receita
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quanto possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em cada período de juros efetiva, aquando que descarta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4 - Imposto de renda e contribuição social corrente
São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

2.5 - Imposto sobre vendas
Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:
• Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
• Quando os valores a receber e a pagar foram apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6 - Instrumentos financeiros
a) Ativos financeiros
Ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo pelo resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outras contas a receber.
a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros
A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

• Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros são classificados para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

• Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são avaliados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

• Investimentos mantidos até o vencimento
Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

• Ativos financeiros disponíveis para venda
Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos financeiros que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros
Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:
• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
• A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e
(a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros
Passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.
Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.
b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros
A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

• Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.
A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

• Empréstimos e financiamentos
Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros
Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for extinta, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 - Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pró rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

2.8 - Contas a receber de clientes e outros
Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de Compra e Venda Mercantil. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

2.9 - Títulos e valores mobiliários
São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

2.10 - Imobilizado
Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzida da depreciação acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

2.11 - Taxas regulamentares
a) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)
Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.12 - Distribuição de dividendos
A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICP 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.
O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados relevantes por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios. Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia.

2.13 - Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE
Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

3 Novos Pronunciamentos Contábeis

Pronunciamentos Técnicos revisados pelo CPC em 2011
Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011.
Seus efeitos na avaliação da Companhia e dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) - aprovado pela Deliberação CVM nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.
CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM nº 665, de 4 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.
CPC 19 (R1) - Investimento em Empresa sob Controle em Conjunto (Joint Venture) - aprovado pela Deliberação CVM nº 666, de 4 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.
CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas.
A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.
Interpretação Técnica ICP 01 (R1) e Interpretação Técnica ICP 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM nº 677, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado)
Caixa e depósitos bancários à vista	36	123
Aplicações financeiras de liquidez imediata: Certificado de Depósito Bancário (CDB) Fundos de investimento	- 2.294 2.330	2 1.716 1.841

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. As aplicações financeiras estão representadas, principalmente, de Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas lastreadas em títulos do tesouro, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a taxas que variam de 8,50% a 106%.

5 Contas a Receber Clientes e Outros

Refere-se ao contrato de comercialização de energia de fontes incentivadas (CCEI), que entre si fazem a Vale do Rio Doce Energia e Bahia PCH I, com vigência até dezembro do ano de 2029. A comercialização realizada entre as partes deve ser acompanhada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado)
Títulos a Receber	2.405	2.161
Comercialização de Energia na CCEE	-	92
Total	2.405	2.253
Circulante	2.405	2.253

	Saldos Vincendos	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado)
Setor Privado	2.405	2.405	2.161
Total	2.405	2.405	2.161
Circulante	2.405	2.405	2.161

6 Títulos e Valores Mobiliários

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado)
Disponíveis para venda					
Banco do Brasil	Fundo BB Polo	(*)	CDI	177	-
Total				177	-

(*) Diversos vencimentos. Corresponde ao fundo BB Polo, que não possuem condição de resgate antecipado.

7 Fundos Vinculados

	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado)
Fundo Investimento CDI - Conta - Reserva BNDES	3.709	4.190
Total	3.709	4.190
Não Circulante	3.709	4.190

Referem-se a aplicações financeiras, requeridas em contratos de empréstimos, com a finalidade de garantia real.

8 Créditos a Receber de Terceiros

Em 21 de setembro de 2009 a Bahia PCH I recebeu autos de infração no montante de R\$ 966 da Prefeitura Municipal de São Desidério - BA, pelo não recolhimento do ISSQN pela EIT - Empresa Industrial Técnica S.A. A Bahia PCH I foi acionada por ser responsável legal pela retenção do tributo, respondendo de forma solidária pelo débito.
Em 29 de outubro de 2009 a Bahia PCH I pagou os autos de infração e está cobrando da EIT - Empresa Industrial Técnica S.A. no procedimento arbitral nº 15/2009 instaurado perante a Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem.

	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado)
Impostos e contribuições a recuperar	-	-
Circulante	15	15
Imposto de Renda - IR	-	-
Contribuição Social - CSLL	726	447
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	2	-
Programa de Integração Social - PIS	10	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	88	88
Imposto Sobre Serviços - ISS	842	551

	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado)
Não-Circulante	49	45
Programa de Integração Social - PIS	49	45
Total	891	596

• Impostos e contribuições a recolher

	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado)
Circulante	159	215
Imposto de Renda - IR	97	98
Contribuição Social - CSLL	54	63
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	16	17
Programa de Integração Social - PIS	72	77
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	260	216
Imposto Sobre Serviços - ISS	170	209
Parcelamento de Tributos	96	27
Total	924	922

• Impostos e contribuições a recolher

	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado)
Circulante	159	215
Imposto de Renda - IR	97	98
Contribuição Social - CSLL	54	63
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	16	17
Programa de Integração Social - PIS	72	77
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	260	216
Imposto Sobre Serviços - ISS	170	209
Parcelamento de Tributos	96	27
Total	924	922

(1) As parcelas correspondentes aos equipamentos parcialmente em operação foram capitalizadas após o período de teste e avaliação. A movimentação dos saldos de ativos imobilizados está demonstrada a seguir:

	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado)
Medias nacionais		
Em serviço		
Reservatórios, Barragens e Adutoras	118.706	115.653
Edificações, Obras Cívicas e Beneficentárias	36.437	35.314
Máquinas e Equipamentos	69.381	67.066
Veículos	80	64
Móveis e Utensílios	32	25
Subtotal	224.636	218.122
Em curso		
Reservatórios, Barragens e Adutoras (1)	2.427	30.508
Edificações, Obras Cívicas e Beneficentárias (1)	105	116.618
Máquinas e Equipamentos (1)	-	16.600
Outros (1)	132	47.449
Subtotal	2.664	211.175
Total	227.300	220.786

(1) As parcelas correspondentes aos equipamentos parcialmente em operação foram capitalizadas após o período de teste e avaliação. A movimentação dos saldos de ativos imobilizados está demonstrada a seguir:

	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado)
Em serviço		
Reservatórios, Barragens e Adutoras	118.706	115.653
Edificações, Obras Cívicas e Beneficentárias	36.437	35.314
Máquinas e Equipamentos	69.381	67.066
Veículos	80	64
Móveis e Utensílios	32	25
Subtotal	224.636	218.122
Em curso		
Reservatórios, Barragens e Adutoras (1)	2.427	30.508
Edificações, Obras Cívicas e Beneficentárias (1)	105	116.618
Máquinas e Equipamentos (1)	-	16.600
Outros (1)	132	47.449
Subtotal	2.664	211.175
Total	227.300	220.786

(1) As parcelas correspondentes aos equipamentos parcialmente em operação foram capitalizadas após o período de teste e avaliação



...Continuação

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Bahia PCH I tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2011, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, Ernst & Young Terco, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2012

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Bahia PCH I S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Bahia PCH I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente
Titulares
Jose Maurício Pereira Coelho
Marcelo Maia de Azevêdo Corrêa

Mario José Ruiz-Tagle Larrain
Vice-Presidente
Suplentes
Jorge Luiz Pacheco
Eduardo Capelastegui Saiz
André Luis Dantas Furtado
Lara Cristina Ribeiro Piau Marques

DIRETORIA EXECUTIVA

Enio Emilio Schneider
Diretor-Presidente
Erik da Costa Breyer
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretora de Regulação
Paulo Roberto Dutra
Diretor de Planejamento e Controle
Lady Batista de Moraes
Diretora de Gestão de Pessoas

CONTADORA

Cláudia Almeida Santos Franqueira - CRC MG-068369/O-0-T-RJ

e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bahia PCH I S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras da Bahia PCH I S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cujos valores estão sendo apresentados para fins de comparação e, consequentemente, não emitimos opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - ZSP 015.199/0-6-F-RJ

Paulo José Machado
Contador CRC - 1RJ 061.469/0-4
Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC-1RJ 093.771/0-9